

## COMPROMETIMENTO COMUNITÁRIO RESPONSÁVEL COMO FUNDAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO EM GEOPARQUES: UMA PROPOSIÇÃO A PARTIR DO SERIDÓ GEOPARQUE MUNDIAL DA UNESCO/RN

Carla Stefânia Cabral de Medeiros Santana<sup>1</sup>

Marcos Antonio Leite do Nascimento<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe e discute o conceito de comprometimento comunitário responsável como fundamento teórico para o fortalecimento do desenvolvimento endógeno em territórios turísticos, como o Seridó Geoparque Mundial da UNESCO, localizado no semiárido potiguar. A partir de uma abordagem teórico-reflexiva, a proposta parte da crítica aos modelos convencionais de participação comunitária, frequentemente limitados à participação simbólica, e avança na direção de uma perspectiva política e ética da participação cidadã. Fundamentado em autores como Arnstein (1969), Freire (2013), Furtado (2005) e Santos (2009), o texto articula os campos do desenvolvimento regional, da cidadania ativa e da gestão participativa em Geoparques, sistematizando uma escada conceitual composta por quatro níveis progressivos: apoio, envolvimento, engajamento e comprometimento. A responsabilidade surge como dimensão transversal que confere densidade ética à atuação comunitária, deslocando o papel da comunidade de coadjuvante para agente corresponsável pela transformação do território. Ao apresentar essa proposição, o artigo contribui para qualificar o debate sobre participação comunitária, turismo sustentável e justiça territorial, oferecendo uma lente analítica capaz de inspirar práticas mais enraizadas, críticas e emancipadoras.

**Palavras-chave:** Comprometimento comunitário responsável; Desenvolvimento endógeno; Geoparques; Participação cidadã; Turismo sustentável.

**Abstract:** This article proposes and discusses the concept of *responsible community commitment* as a theoretical foundation for strengthening endogenous development in tourist territories, such as the Seridó UNESCO Global Geopark, located in Brazil's semi-arid region. Through a theoretical-reflective approach, the proposal stems from a critique of conventional models of community participation, which are often limited to symbolic involvement, and moves toward a political and ethical perspective on citizen participation. Grounded in authors such as Arnstein (1969), Freire (2013), Furtado (2005), and Santos (2009), the text connects the fields of regional development, active citizenship, and participatory management in Geoparks, and systematizes a conceptual ladder composed of four progressive levels: support, involvement, engagement, and commitment. Responsibility emerges as a transversal dimension that provides ethical depth to community action, shifting the role of local populations from bystanders to co-responsible agents in the transformation of their territories. By presenting this proposition, the article contributes to qualifying the debate on community participation,

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Email: [carla.santana.068@ufrn.edu.br](mailto:carla.santana.068@ufrn.edu.br)

<sup>2</sup> Docente do Programa de pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN. Email: [marcos.leite@ufrn.br](mailto:marcos.leite@ufrn.br).

sustainable tourism, and territorial justice, offering an analytical lens capable of inspiring more grounded, critical, and emancipatory practices.

**Keywords:** Responsible community commitment; Endogenous development; Geoparks; Citizen participation; Sustainable tourism.

## **INTRODUÇÃO**

A crise dos modelos globais de desenvolvimento, especialmente aqueles baseados em uma lógica exógena de crescimento, tem impulsionado a busca por alternativas que valorizem as especificidades territoriais e as dinâmicas sociais locais em substituição as importações genéricas que muitas vezes aprofundam as desigualdades e a desarticulação de dinâmicas locais. O avanço das desigualdades regionais e o esgotamento dos paradigmas centrados na competitividade e na dependência externa têm revelado a necessidade de resgatar o papel do território como espaço de construção social, cultural e econômica (LOPES, 2002; BELLINGIERI, 2017).

Neste contexto, o conceito de desenvolvimento endógeno ganha centralidade, ao propor que o crescimento deve emergir de dentro das comunidades, por meio da valorização dos seus recursos, saberes e capacidades organizativas (FURTADO, 2005; SANTOS, 2009), ou seja, “um afrouxamento do efeito dinâmico externo” (FURTADO, 2005, p.48) abrindo espaço para o florescimento das capacidades internas dos territórios.

Essa discussão adquire contornos ainda mais relevantes quando aplicada aos Geoparques Mundiais da UNESCO, territórios singulares que têm como missão promover o desenvolvimento sustentável baseado na valorização do patrimônio geológico, cultural e comunitário. Esses espaços operam sob uma filosofia que integra a conservação ambiental, a educação e o turismo, tendo como premissa fundamental o envolvimento ativo da comunidade local (UNESCO, 2021). No entanto, apesar dessa diretriz, diversos estudos apontam uma lacuna entre o discurso participativo e a prática real (STOFFELEN, 2020; FERREIRA & VALDATI, 2023), revelando fragilidades dos processos de inclusão comunitária na gestão desses territórios.

No Brasil, o Geoparque Seridó, localizado no semiárido do Rio Grande do Norte e reconhecido oficialmente pela UNESCO em 2022, constitui um território de relevância geológica, ambiental e cultural, abrangendo seis municípios. Seu potencial para o fortalecimento da identidade local, da valorização dos saberes e da promoção de práticas sustentáveis o posiciona como um campo promissor para o desenvolvimento de abordagens participativas e endógenas. No entanto, ainda não há dados empíricos consolidados que

permitam avaliar, com precisão, como se configuram os processos participativos no interior deste território.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo apresentar e discutir uma proposição teórica original, o conceito de comprometimento comunitário responsável, desenvolvida no âmbito da tese de doutorado ainda em andamento da autora deste artigo, como fundamento para o fortalecimento do desenvolvimento endógeno em territórios turísticos. A proposta parte do entendimento de que a simples participação não é suficiente para garantir transformações estruturantes. É preciso avançar para um novo paradigma, no qual a comunidade não apenas seja consultada, mas se reconheça como agente político, corresponsável pelo presente e pelo futuro do seu território.

Essa formulação é sistematizada por meio de uma escada conceitual composta por quatro níveis progressivos: apoio, envolvimento, engajamento e comprometimento. Cada estágio representa um grau de maturidade na relação da comunidade com as ações desenvolvidas no território. A responsabilidade, é o fundamento transversal que confere densidade ética e política ao comprometimento. Inspirada em autores como Arnstein (1969), Freire (2013), Furtado (2005) e nos estudos sobre turismo e Geoparques, essa estrutura não busca classificar, mas interpretar e provocar.

Embora a pesquisa de campo ainda esteja em andamento, a proposição conceitual apresentada aqui oferece uma lente crítica e interpretativa capaz de contribuir para o debate sobre participação, autonomia e sustentabilidade territorial. Ao propor o comprometimento comunitário responsável como alternativa aos modelos participativos convencionais, este artigo busca fortalecer práticas mais justas, profundas e enraizadas nos próprios territórios.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Desenvolvimento regional e endogenia: o território como ponto de partida**

As críticas ao modelo de desenvolvimento exógeno não são recentes, mas seguem urgentes. Trata-se de uma abordagem que historicamente submete os territórios a lógicas externas, desenraizadas e, muitas vezes, indiferentes às suas dinâmicas sociais, culturais e ambientais. Ao priorizar interesses macroeconômicos e padrões centralizadores, esse modelo não apenas desconsidera as especificidades locais como também contribui para aprofundar desigualdades regionais (FURTADO, 2005). É nesse contexto que o desenvolvimento endógeno se fortalece como contraponto teórico e político (PUTNAM, 2000; KRETZMANN & MCKNIGHT, 1993).

Bellingieri (2017) propõe que a endogenia rompa com a lógica da reprodução desigual dos centros sobre as periferias, defendendo a “valorização do local e dos atores locais, à ideia de protagonismo das cidades e ao desenvolvimento de baixo para cima” (BELLINGIERI, 2017, p. 8), promovendo a originalidade e a variedade local. Mais do que uma mudança de escala, trata-se de uma mudança de perspectiva. O “de baixo para cima” proposto pelo autor exige escuta, reconhecimento e investimento nos saberes e práticas que emergem da própria base territorial.

Furtado (2005) aprofunda esse debate ao afirmar que o desenvolvimento endógeno só é possível quando há “afrouxamento do efeito dinâmico externo” (p. 48). Ou seja, quando o território deixa de ser mero receptor de influências externas e passa a gerar, por si, as condições para sua transformação, expansão, resistência a crises externas e capacidade de adaptação, semelhante a ideia de resiliência. Esse argumento ganha força justamente por vir de um autor que compreendeu o subdesenvolvimento como um processo historicamente produzido, e não como uma condição natural.

Mais do que uma questão econômica ou técnica, trata-se de uma concepção ética de desenvolvimento. Como lembra Santos (2009), o território é espaço vivido, impregnado de significados, memórias e práticas. O local não é apenas um ponto geográfico, mas um espaço relacional, onde a história, a cultura e os conflitos se entrelaçam. Desenvolver esse território exige, portanto, reconhecer a centralidade das pessoas que o habitam — seus modos de vida, suas formas de resistência, suas estratégias de convivência.

Villasante (1997) também reforça essa leitura ao propor que a sustentabilidade só pode ser pensada em diálogo com o protagonismo comunitário. Não basta inserir a comunidade em projetos prontos; é preciso que ela esteja presente na concepção, na gestão e na permanência das ações. Nesse sentido, o desenvolvimento endógeno não é apenas uma alternativa, é uma resposta política à invisibilização histórica de quem vive no território, e só se concretiza plenamente quando a comunidade se compreende como corresponsável pela construção de seu próprio futuro.

### **Participação comunitária: entre o discurso e a efetividade**

A participação comunitária é frequentemente celebrada como valor universal, especialmente em discursos sobre sustentabilidade, turismo e políticas públicas. Mas a prática revela outra realidade. Muitas vezes, o que se chama de participação se limita à presença simbólica, à consulta formal ou à assinatura de atas sem escuta real. Essa dissonância entre o

que se diz e o que se faz é um dos principais entraves à construção de processos verdadeiramente democráticos.

Arnstein (1969) nos ajuda a entender essa situação ao propor sua escada da participação. Ela apresenta níveis que vão da manipulação ao controle cidadão, mostrando que nem toda participação é, de fato, poder. A participação cidadã, conforme a autora, tem sido “travada em grande parte em termos de retórica exacerbada e eufemismos enganosos (ARNSTEIN, 1969, p. 216). Expondo que a princípio ninguém é contra a participação cidadã, mas quanto mais se sobe os degraus, aprofunda-se em discussões que podem incomodar alguns grupos, muitos tons de oposição surgem. Arnstein (1969) cita que:

participação cidadã é um termo categórico para poder cidadão. É a redistribuição de poder que permite que os cidadãos desfavorecidos, atualmente excluídos dos processos políticos econômicos, sejam deliberadamente incluídos no futuro. É a estratégia pelo qual os desfavorecidos se juntam para determinar como as informações são compartilhadas, como objetivos e políticas são estabelecidos, como tributos são alocados, como programas são operados e como benefícios como contratos e patronatos são distribuídos. Em resumo, é o meio pelo qual eles podem induzir uma reforma social significativa que lhes permite compartilhar os benefícios da sociedade abastada (ARNSTEIN, 1969, p. 216).

A autora desloca o debate da formalidade para a estrutura. O problema não está apenas em incluir, mas em como incluir, com que garantias e com quais efeitos.

Essa crítica é aprofundada por Freire (2013), ao refletir sobre a lógica da opressão e da libertação nos processos educativos e sociais. Para o autor, o verdadeiro diálogo é aquele que reconhece o outro como sujeito, e não como objeto da ação. Em suas palavras, o desenvolvimento comunitário deve ser “constituído com ele e não para ele” (p. 33). Essa afirmação é central para a presente proposição, desloca a participação de uma função simbólica e previamente definido, para uma prática política e ética, construída a partir da escuta, da consciência crítica e da valorização dos saberes locais, ou seja, construindo com a própria comunidade o sentido de participação.

Quando o envolvimento se limita a momentos isolados ou quando é mediado por projetos externos desarticulados do cotidiano local, o processo tende a estagnar nos estágios iniciais da escada de participação de Arnstein (1969). A ausência de condições estruturais e de processos formativos continuados dificulta o salto da participação para os níveis mais profundos de participação.

### **A comunidade e o desenvolvimento em Geoparques**

Os Geoparques Mundiais da UNESCO foram concebidos como territórios que integram geoconservação, educação e desenvolvimento sustentável. Essa proposta se estrutura em torno

de três pilares interdependentes, nos quais a participação comunitária ocupa um papel central. O envolvimento ativo das populações locais é apontado como condição para a eficácia das ações e para a construção de um modelo de gestão realmente integrado ao território.

No entanto, a literatura especializada tem identificado que, apesar dessa diretriz, os processos participativos nos geoparques ainda enfrentam desafios significativos. Stoffelen (2020) destaca que muitos desses territórios seguem operando sob lógicas tecnocráticas e geocientíficas, com baixa inserção das dimensões sociais. Essa crítica é reforçada por Ferreira e Valdati (2023), que apontam a escassez de estudos voltados para a compreensão da atuação comunitária na dinâmica desses espaços, especialmente sob a ótica do protagonismo.

Diante dessas constatações, torna-se relevante refletir sobre como qualificar o debate sobre participação em geoparques, reconhecendo que o simples envolvimento formal não garante efetividade ou permanência. A presença da comunidade precisa ser compreendida em sua complexidade, com suas formas próprias de organização, suas temporalidades e seus modos de se relacionar com o território.

No caso do Geoparque Seridó, reconhecido pela UNESCO em 2022 e localizado no semiárido do Rio Grande do Norte, esta pesquisa se propõe a investigar como a participação comunitária tem sido mobilizada no âmbito da gestão e das ações desenvolvidas. Ainda não há dados empíricos sistematizados que permitam avaliar com precisão a extensão e a profundidade desses processos. Por isso mesmo, o Seridó é tomado aqui como campo de estudo em construção, onde a proposição do comprometimento comunitário responsável poderá ser confrontada com as práticas e discursos locais.

Ao invés de assumir um papel avaliativo sobre esse território, este artigo busca contribuir com a formulação de referenciais teóricos que possam ajudar a interpretar e qualificar as experiências participativas nos geoparques de maneira geral. Reconhecendo os avanços, mas também os limites e lacunas que ainda desafiam a construção de modelos verdadeiramente integradores. Sendo assim, propõe-se aqui uma nova lente analítica, o comprometimento comunitário responsável, que será apresentado como resposta conceitual às fragilidades identificadas na literatura e nas experiências empíricas apontadas por esta.

## **METODOLOGIA**

Este artigo constitui um recorte teórico de uma tese de doutorado em andamento e tem como objetivo apresentar a proposição conceitual do comprometimento comunitário responsável como fundamento para repensar a participação cidadã em contextos de

desenvolvimento endógeno e turismo sustentável. Trata-se de um ensaio teórico, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, voltado à construção de um referencial crítico capaz de ampliar as formas de compreensão sobre o papel da comunidade nos processos de transformação territorial.

A elaboração da proposta baseou-se em uma leitura analítica e reflexiva da literatura, articulando autores que discutem participação, apoio comunitário, cidadania ativa, desenvolvimento territorial, turismo e Geoparques. O processo de construção teórica se desenvolveu a partir do entrelaçamento desses referenciais com reflexões acumuladas ao longo da pesquisa de doutorado, permitindo a formulação de uma escada conceitual composta por quatro níveis: apoio, envolvimento, engajamento e comprometimento.

Essa estrutura teórica não tem caráter normativo ou classificatório, mas interpretativo e provocador. Inspirada em obras como a de Arnstein (1969), Freire (2013), Furtado (2005), Santos (2002), Villasante (1997), Stoffelen (2020), Ferreira e Valdati (2023), entre outros, esses níveis de participação comunitária busca lançar luz sobre a responsabilidade cidadã como elemento fundante da participação comunitária profunda, contribuindo com o debate sobre justiça territorial, autonomia e sustentabilidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Limites da participação e a necessidade de um novo marco conceitual**

O discurso da participação comunitária tem se tornado recorrente nos campos do turismo, da sustentabilidade e do desenvolvimento regional. Entretanto, é cada vez mais evidente que o uso frequente desse conceito, sem uma reflexão crítica sobre sua profundidade e efetividade, tem limitado o real empoderamento das comunidades envolvidas (ARNSTEIN, 1969; FREIRE, 2013; STOFFELEN, 2020). Em muitos casos, a “participação” se reduz a ações pontuais e superficiais, como convites para reuniões, preenchimento de formulários ou escuta formalizada, sem garantir aos moradores reais condições de influenciar ou cocriar os processos de transformação do território.

No contexto dos Geoparques Mundiais da UNESCO, onde o envolvimento comunitário é uma premissa central, essa limitação é especialmente crítica. A literatura demonstra que, na prática, as comunidades ainda são tratadas como “beneficiárias” ou “parceiras secundárias”, com pouca ou nenhuma participação efetiva nas decisões estratégicas de gestão, monitoramento e uso do território (FERREIRA & VALDATI, 2023; STOFFELEN, 2020). Essa realidade aponta para a urgência de novas abordagens conceituais, que possam dar conta da complexidade do papel da comunidade nos processos de desenvolvimento.

É nesse cenário que se insere o conceito de comprometimento comunitário responsável, proposto nesta pesquisa como uma alternativa crítica à lógica participacionista convencional. Trata-se de uma proposição que não apenas reposiciona a comunidade como sujeito ativo, mas propõe uma leitura evolutiva e ética da sua relação com o território, com base no pertencimento, na consciência política e na corresponsabilidade cidadã.

### **A escada do comprometimento comunitário: da presença à corresponsabilidade**

A formulação do conceito de comprometimento comunitário responsável nasce da necessidade de ultrapassar as abordagens reducionistas sobre participação, que muitas vezes delegam à comunidade um papel decorativo ou meramente consultivo. Em contrapartida, a proposta aqui desenvolvida parte de um deslocamento, o entendimento de que, se a comunidade deve ser protagonista do desenvolvimento, ela também precisa reconhecer a responsabilidade que lhe cabe nesse processo, não como imposição externa, mas como construção coletiva e política.

Esse conceito propõe uma virada, deslocar o foco da exigência feita aos gestores, para uma autocompreensão por parte da comunidade de que o território também lhe pertence, e, por isso mesmo, demanda dela engajamento consciente, contínuo e situado.

Não se trata de discutir a responsabilidade atribuída por outrem, mas de reconhecer que, se os estudos indicam que a comunidade deve assumir um papel de liderança, então ela precisa ser comprometida e responsável também pelo seu próprio desenvolvimento interno. Trata-se, portanto, de uma proposição que convoca à autonomia, à ação coletiva e ao sentimento de pertencimento ético e político com o lugar.

Para sistematizar essa ideia, desenvolveu-se uma escada conceitual composta por quatro níveis progressivos: apoio, envolvimento, engajamento e comprometimento. Essa estrutura foi inspirada na lógica de gradação participativa presente em Arnstein (1969), mas não a reproduz. Sua função é analítica e interpretativa, e busca visibilizar os diferentes modos com que a comunidade pode se relacionar com as ações em curso no território.

- O apoio corresponde ao reconhecimento inicial, à simpatia com a proposta. Há aceitação, mas ainda não há presença ativa. (NUNKOO & RAMKISSOON, 2011; NUNKOO & GURSOY, 2012; CHOW ET AL., 2019; FAN ET AL., 2021; MEIMAND ET AL., 2017; GURSOY ET AL., 2002; ZUO ET AL., 2017; NUNKOO & RAMKISSOON, 2012; GURSOY ET AL., 2010; SU ET AL., 2019; CHIN & LO, 2017; ORGAZ-AGERA ET AL., 2022; CHIN ET AL., 2017; HANAFIAH ET AL., 2021;

CHEN & YANG, 2018; KANWAL ET AL., 2022; SU ET AL., 2021; FALAK ET AL., 2014; SPENCER & NSIAH, 2013)

- O envolvimento representa a entrada da comunidade nas ações, reuniões, debates. A participação é mais concreta, mas ainda pouco crítica. (YANG ET AL., 2019; BERMÚDEZ-GONZÁLEZ ET AL., 2023; LÓPEZ ET AL., 2020; VIEIRA ET AL., 2023; THAN ET AL., 2020; PAZHUHAN ET AL., 2023; MAK ET AL., 2017; JAAFAR ET AL., 2021; BRANKOV ET AL., 2019; DE ANDREIS, 2023; TEKALIGN ET AL., 2018; TAVARES ET AL., 2015; NASR ET AL., 2022; SYAMSI & LEE, 2021; SARI ET AL., 2023; VAN NOORLOOS, 2013; BUTLER ET AL., 2020; ANÉS & CIVANTOS, 2019; MARESCOTTI ET AL., 2022; MAMMADOVA ET AL., 2024; SAMAL E DASH, 2024)
- O engajamento aponta para uma vinculação mais consciente e colaborativa, marcada pelo desejo de contribuir, influenciar e sustentar os processos. (AYUSH ET AL., 2023; BAIG ET AL., 2024; BAKAS ET AL., 2019; BOLIN E NKUSI, 2022; CARTER ET AL., 2015; CERVENY ET AL., 2022; CHOI ET AL., 2023; DAHLES ET AL., 2020; DE LA CRUZ-MODINO E COSENTINO, 2022; DOGAN ET AL., 2023; GOEBEL ET AL., 2020; GUSTAFSSON & AMER, 2023; HAMILTON & ALEXANDER, 2013; IMPERIALE & VANCLAY, 2016; JOHNSON ET AL., 2022; JOYNER ET AL., 2019; KOURE ET AL., 2023; PHAN ET AL., 2022; SARR ET AL., 2020; SHARMA & HASTI, 2023; VERIASA ET AL., 2023; YANES ET AL., 2019)
- O comprometimento se manifesta quando há um enraizamento da proposta no cotidiano da comunidade. Aqui, os sujeitos se sentem corresponsáveis, atuam com autonomia e assumem o território como projeto coletivo de futuro. (GURSOY ET AL., 2019; HUTAGALUNG ET AL., 2022; MOGHAVVEMI ET AL., 2021; SEDIGHEH MOGHAVVEMI ET AL., 2017; NUNKOO & RAMKISSOON, 2011; PATTISON ET AL., 2021; PURWANDARI ET AL., 2022; RATNAYAKE ET AL., 2011; VOLLERO ET AL., 2018; WU ET AL., 2023; YAYLA ET AL., 2023)

É importante destacar que, nesta formulação, a responsabilidade não é um quinto nível, mas um componente fundante e transversal do próprio comprometimento. A partir do estudo etimológico e da análise teórica, compreende-se que o comprometimento, para ser pleno, precisa estar atravessado pela responsabilidade com o território e com os outros. É um comprometimento onde os residentes se sintam no dever e na obrigação de contribuírem

ativamente e positivamente para o desenvolvimento comunitário, é aquele em que a responsabilidade emerge como prática cotidiana.

Essa proposição conceitual não pretende ser normativa nem fechada. Ao contrário, ela é uma provocação teórica que busca ampliar o repertório de leitura sobre as diferentes formas de atuação comunitária. É uma resposta às limitações dos discursos sobre “participação” que não resultam em protagonismo efetivo, e uma tentativa de contribuir com o fortalecimento das práticas que nascem do próprio território.

A formulação do comprometimento comunitário responsável não é um exercício conceitual isolado, tampouco um acréscimo teórico. Trata-se de uma proposição que nasce da ausência, a ausência de uma compreensão mais profunda da atuação comunitária como corresponsável nos processos de transformação territorial. Se os discursos sobre participação reiteram a importância da comunidade, esta pesquisa propõe inverter o eixo e perguntar, até que ponto a comunidade também se reconhece como parte ativa e responsável daquilo que reivindica? É nesse sentido que o conceito se apresenta, não como modelo, mas como provocação. Ele afirma que a comunidade não pode ser apenas chamada, ela precisa também se convocar. E esse movimento não nasce de fora, mas do encontro entre consciência, pertencimento e ação.

## **IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E/OU TEÓRICAS**

O conceito de comprometimento comunitário responsável oferece três potenciais contribuições para o desenvolvimento territorial e da participação comunitária:

1. **Analítica:** permite avaliar a profundidade do envolvimento real da comunidade em projetos e políticas públicas, indo além da retórica da participação.
2. **Formativa:** Oferece subsídios para a construção de processos educativos e estratégias que fortaleçam a consciência crítica, o pertencimento e a responsabilidade comunitária. Pode orientar gestores, educadores, lideranças locais e instituições na indução de práticas participativas e responsáveis.
3. **Política:** Propõe uma mudança de paradigma. Em vez de apenas esperar que a comunidade seja chamada a participar, rompe com a lógica da convocação externa e propõe que a própria comunidade se autoconvoque como sujeito político do território, corresponsável pela construção coletiva de futuros possíveis e sustentáveis.

Nesta perspectiva, o comprometimento comunitário responsável é colocada como o nível mais profundo da participação cidadã. Um destino ou território que deseja construir processos participativos efetivos e transformadores precisa reconhecer que isso só se realiza quando seus cidadãos são chamados - e se chamam - à atuação comprometida. Essa chamada não parte de fora: ela nasce da própria relação com o território, da consciência de pertencimento e da disposição de assumir a vida coletiva como responsabilidade comum a todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo partiu da constatação das limitações persistentes nos discursos e práticas sobre participação comunitária em territórios turísticos e espaços de gestão compartilhada, como os Geoparques Mundiais da UNESCO por exemplo. A recorrente dissociação entre presença simbólica e envolvimento real revela a necessidade de avançar para outras formas de compreender e fomentar a atuação da comunidade nos processos de transformação territorial.

Foi nesse contexto que se formulou a proposta conceitual do comprometimento comunitário responsável, entendida como o nível mais profundo da participação cidadã, onde os sujeitos não apenas ocupam espaços formais de participação, mas se reconhecem como corresponsáveis pelo território que habitam. Essa formulação, sistematizada a partir de um grau de envolvimento composto por quatro níveis - apoio, envolvimento, engajamento e comprometimento -, busca ampliar o repertório teórico sobre a atuação comunitária, deslocando o foco da demanda por participação para a construção de uma cidadania ativa.

O conceito apresentado aqui busca provocar reflexões sobre o tipo de presença que se espera - e que se constrói - nos territórios que almejam transformações profundas. Ao propor um comprometimento que emerge da consciência de pertencimento e se traduz em responsabilidade cotidiana, o texto lança luz sobre a condição política dos cidadãos como sujeitos convocados - e convocantes - da vida coletiva.

Como proposição em construção, o comprometimento comunitário responsável abre caminhos para leituras mais densas sobre o papel das comunidades nos processos de desenvolvimento endógeno e na consolidação de projetos territoriais verdadeiramente enraizados. Sua aplicação analítica e crítica poderá ser aprofundada em investigações futuras, como a etapa empírica da tese de doutorado em curso, sem perder de vista seu papel central como instrumento de provocação teórica e política.

## REFERÊNCIAS

- ARNSTEIN, Sherry R. A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, v. 35, n. 4, p. 216–224, 1969.
- ANÉS, L. D.; CIVANTOS, J. M. M. A comparative analysis of Community Archaeology based on two excavations in the south-east of the Iberian Peninsula: local community involvement and social context. *Capitale Culturale – Studies on the Value of Cultural Heritage*, n. 19, p. 389–414, 2019.
- AYUSH; GANGOTIA, A.; PRADHAN, B. Social entrepreneurship and cow tourism: exploring the new vistas of experiential economy. *Journal of Enterprising Communities – People and Places in the Global Economy*, v. 17, n. 6, p. 1495–1510, 2023.
- BAIG, S.; ALI, A.; KHAN, S. U. Exploring the interplay of tourism impacts, quality of life, and community engagement in developing sustainable nature-based tourism in Pakistan. *GeoJournal*, v. 89, n. 1, artigo 38, 2024.
- BAKAS, F. E.; DUXBURY, N.; CASTRO, T. V. de. Creative tourism: catalysing artisan entrepreneur networks in rural Portugal. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, v. 25, n. 4, p. 731–752, 2019.
- BELLINGIERI, J. Desenvolvimento regional: conceitos e abordagens. In: LIMA, S.; BELLINGIERI, J. Turismo e desenvolvimento regional. São Paulo: Senac São Paulo, 2017. p. 7–23.
- BERMÚDEZ-GONZÁLEZ, G. et al. Generation Z members' intentions to work in tourism in their World Heritage Site hometowns. *Humanities & Social Sciences Communications*, v. 10, n. 1, artigo 841, 2023.
- BOLIN, A.; NKUSI, D. Rwandan solutions to Rwandan problems: Heritage decolonization and community engagement in Nyanza District, Rwanda. *Journal of Social Archaeology*, v. 22, n. 1, p. 3–25, 2022.
- BRANKOV, J.; PENJISEVIC, I.; CURCIC, N. B.; ZIVANOVIC, B. Tourism as a factor of regional development: community perceptions and potential bank support in the Kopaonik National Park (Serbia). *Sustainability*, v. 11, n. 22, artigo 6507, 2019.
- BUTLER, E. C.; CHILDS, A. R.; SAAYMAN, A.; POTTS, W. M. Can fishing tourism contribute to conservation and sustainability via ecotourism? A case study of the fishery for Giant African Threadfin *Polydactylus quadrifilis* on the Kwanza Estuary, Angola. *Sustainability*, v. 12, n. 10, artigo 4221, 2020.
- CARTER, R. W.; THOK, S.; O'ROURKE, V.; PEARCE, T. Sustainable tourism and its use as a development strategy in Cambodia: a systematic literature review. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 23, n. 5, p. 797–818, 2015.
- CERVENY, L. K.; DERRIEN, M. M.; MILLER, A. B.; MEYER, C. Partnership and community engagement models for stewarding National Scenic Trails: a social-ecological systems perspective. *Tourism Planning & Development*, v. 19, n. 3, p. 204–226, 2022.
- CHEN, Y.; YANG, J. Q. The Chinese socio-cultural sustainability approach: the impact of conservation planning on local population and residential mobility. *Sustainability*, v. 10, n. 11, artigo 4195, 2018.
- CHIN, C. H.; LO, M. C. Rural tourism quality of services: fundamental contributive factors from tourists' perceptions. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, v. 22, n. 4, p. 465–479, 2017.
- CHIN, C. H.; THIAN, S. S. Z.; LO, M. C. Community's experiential knowledge on the development of rural tourism competitive advantage: a study on Kampung Semadang - Borneo Heights, Sarawak. *Tourism Review*, v. 72, n. 2, p. 238–260, 2017.
- CHOI, S.; KAZAKOVA, A.; CHOI, K.; CHOI, Y. S.; KIM, I. Effects of residents' empowerment on citizenship behavior and support for convention development: moderation of innovativeness. *Sustainability*, v. 15, n. 18, artigo 13352, 2023.

- CHOW, A. S. Y.; LIU, S. W.; CHEUNG, L. T. O. Importance of residents' satisfaction for supporting future tourism development in rural areas of Hong Kong. *Asian Geographer*, v. 36, n. 2, p. 185–199, 2019.
- DAHLES, H.; KHIENG, S.; VERVER, M.; MANDERS, I. Social entrepreneurship and tourism in Cambodia: advancing community engagement. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 28, n. 6, p. 816–833, 2020.
- DE ANDREIS, F. Local community involvement, sustainability and tourism. *Documenti Geografici*, n. 2, p. 443–469, 2023.
- DE LA CRUZ-MODINO, R.; COSENTINO, M. Conservation hub: the added value of the whale-watching industry. *Sustainability*, v. 14, n. 20, artigo 13471, 2022.
- DOGAN, E.; CUOMO, F.; BATTISTI, L. Reviving urban greening in post-industrial landscapes: the case of Turin. *Sustainability*, v. 15, n. 17, artigo 12760, 2023.
- FALAK, S.; CHIUN, L. M.; WEE, A. Y. A repositioning strategy for rural tourism in Malaysia-community's perspective. In: 5TH ASIA-EURO CONFERENCE ON TOURISM, HOSPITALITY AND GASTRONOMY, 2014, Subang Jaya. *Procedia Social and Behavioral Sciences*. Subang Jaya: Taylor's University, 2014.
- FAN, L. N.; WU, M. Y.; WALL, G.; ZHOU, Y. G. Community support for tourism in China's Dong ethnic villages. *Journal of Tourism and Cultural Change*, v. 19, n. 3, p. 362–380, 2021.
- FERREIRA, D.; VALDATI, J. A contribuição dos Geoparques para o desenvolvimento sustentável das populações locais: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1–22, 2023. Disponível em: <https://www.ecoturismo.org.br>.
- FURTADO, C. Pequena introdução ao desenvolvimento: um discurso sobre a criatividade. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- GOEBEL, K.; CAMARGO-BORGES, C.; EELDERINK, M. Exploring participatory action research as a driver for sustainable tourism. *International Journal of Tourism Research*, v. 22, n. 4, p. 425–437, 2020.
- GRZESKOWIAK, S.; SIRGY, J. Residents' satisfaction with community services: predictors and outcomes. *The Journal of Regional Analysis and Policy*, v. 33, 2003.
- GURSOY, D.; BOGAN, E.; DEDEOGLU, B. B.; CALISKAN, C. Residents' perceptions of hotels' corporate social responsibility initiatives and its impact on residents' sentiments to community and support for additional tourism development. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, v. 39, p. 117–128, 2019.
- GURSOY, D.; CHI, C. G.; DYER, P. Locals' attitudes toward mass and alternative tourism: the case of Sunshine Coast, Australia. *Journal of Travel Research*, v. 49, n. 3, p. 381–394, 2010.
- GURSOY, D.; JUROWSKI, C.; UYSAL, M. Resident attitudes – a structural modeling approach. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 1, p. 79–105, 2002.
- GUSTAFSSON, C.; AMER, M. Forsvik, Sweden: towards a people-public-private partnership as a circular governance and sustainable culture tourism strategy. *Sustainability*, v. 15, n. 5, artigo 4687, 2023.
- HAMILTON, K.; ALEXANDER, M. Organic community tourism: a cocreated approach. *Annals of Tourism Research*, v. 42, p. 169–190, 2013.
- HANAFIAH, M. H.; JAMALUDDIN, M. R.; RIYADI, A. Local community support, attitude and perceived benefits in the UNESCO World Heritage Site. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, v. 11, n. 1, p. 95–108, 2021.
- HUTAGALUNG, H.; PURWANA, D.; SUHUD, U.; MUKMININ, A.; HAMIDAH, H. Community self-reliance of rural tourism in Indonesia: an interpretative phenomenological analysis. *Qualitative Report*, v. 27, n. 7, p. 1151–1168, 2022.

- IMPERIALE, A. J.; VANCLAY, F. Using social impact assessment to strengthen community resilience in sustainable rural development in mountain areas. *Mountain Research and Development*, v. 36, n. 4, p. 431–442, 2016
- JAAFAR, M.; JALALI, A.; DAHALAN, N.; ABHARI, S. Sculpting a community for tourism enterprise: a case study in Lenggong Valley, Malaysia. *International Journal of Business and Society*, v. 22, n. 1, p. 496–512, 2021.
- JOHNSON, D. N. et al. Elucidating social-ecological perceptions of a protected area system in Interior Alaska: a fuzzy cognitive mapping approach. *Ecology and Society*, v. 27, n. 3, 2022.
- JOYNER, L.; LACKEY, N. Q.; BRICKER, K. S. Community engagement: an appreciative inquiry case study with Theodore Roosevelt National Park gateway communities. *Sustainability*, v. 11, n. 24, artigo 7147, 2019.
- KRETZMANN, J.; MCKNIGHT, J. *Building communities from the inside out: a path toward finding and mobilizing a community's assets*. Evanston: Institute for Policy Research, 1993.
- KANWAL, S. et al. Assessment of residents' perceptions and support toward development projects: a study of the China-Pakistan Economic Corridor. *Social Science Journal*, v. 59, n. 1, p. 102–118, 2022.
- KHALID, S. et al. Community empowerment and sustainable tourism development: the mediating role of community support for tourism. *Sustainability*, v. 11, n. 22, artigo 6248, 2019.
- KOURE, F. K. et al. Ecotourism development strategies and the importance of local community engagement. *Environment Development and Sustainability*, v. 25, n. 7, p. 6849–6877, 2023.
- LOPES, A. S. Globalização e desenvolvimento regional. *Gestão e Desenvolvimento*, v. 11, p. 9–25, 2002.
- LÓPEZ, M. F. B.; VIRTO, N. R.; FIGUEIREDO, J. Determinants of residents' word-of-mouth behaviour and support for tourism. *Administrative Sciences*, v. 10, n. 3, artigo 51, 2020.
- MAK, B. K. L.; CHEUNG, L. T. O.; HUI, D. L. H. Community participation in the decision-making process for sustainable tourism development in rural areas of Hong Kong, China. *Sustainability*, v. 9, n. 10, artigo 1695, 2017.
- MAMMADOVA, A. et al. Understanding community capacity for bottom-up management of Mount Hakusan UNESCO Biosphere Reserve. *European Journal of Sustainable Development*, v. 13, n. 1, p. 1–11, 2024
- MARESCOTTI, P. et al. Geosite assessment in the Beigua UNESCO Global Geopark (Liguria, Italy): a case study in linking geoheritage with education, tourism, and community involvement. *Land*, v. 11, n. 10, artigo 1667, 2022.
- MEIMAND, S. E. et al. Residents' attitude toward tourism development: a sociocultural perspective. *Sustainability*, v. 9, n. 7, artigo 1170, 2017.
- MOGHAVVEMI, S. et al. Considering residents' personality and community factors in explaining satisfaction with tourism and support for tourism development. *Tourism Planning & Development*, v. 18, n. 3, p. 267–293, 2021.
- MOGHAVVEMI, S. et al. The effect of residents' personality, emotional solidarity, and community commitment on support for tourism development. *Tourism Management*, v. 63, p. 242–254, 2017.
- MCGRATH, S.; WHITTY, S. Accountability and responsibility defined. *International Journal of Managing Projects in Business*, v. 11, 2018.
- NASR, E. et al. Destination social responsibility and residents' environmentally responsible behavior: assessing the mediating role of community attachment and involvement. *Sustainability*, v. 14, n. 21, artigo 14153, 2022.

- NUNKOO, R.; GURSOY, D. Residents' support for tourism: an identity perspective. *Annals of Tourism Research*, v. 39, n. 1, p. 243–268, 2012.
- NUNKOO, R.; RAMKISSOON, H. Residents' satisfaction with community attributes and support for tourism. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, v. 35, n. 2, p. 171–190, 2011.
- NUNKOO, R.; RAMKISSOON, H. Power, trust, social exchange and community support. *Annals of Tourism Research*, v. 39, n. 2, p. 997–1023, 2012.
- ORGAZ-AGERA, F. et al. The mediating effects of community support for sustainable tourism, community attachment, involvement, and environmental attitudes. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, v. 46, n. 7, p. 1298–1321, 2022.
- PATTISON, A.; HENKE, C. R.; PUMILIO, J. Community-based climate action planning as an act of advocacy: a case study of liberal arts education in a rural community. *Journal of Environmental Studies and Sciences*, v. 11, n. 2, p. 183–193, 2021.
- PAZHUHAN, M. et al. Do inhabitants' perceptions support tourism sustainability? The case of Khorramabad in Iran. *Sustainability*, v. 15, n. 14, artigo 10926, 2023.
- PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006
- PHAN, T. T. T. et al. Integrating citizens' importance-performance aspects into sustainable plastic waste management in Danang, Vietnam. *Sustainability*, v. 14, n. 16, artigo 10324, 2022.
- PURWANDARI, B. et al. The effect of interaction between followers and influencers on intention to follow travel recommendations from influencers in Indonesia. *Information*, v. 13, n. 8, artigo 384, 2022.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- RATNAYAKE, I.; KASIM, A.; CONFERENCE MASTER, R. Managing towards sustainability: understanding Sri Lankan communities' readiness to participate in nature-based tourism. In: *INTERNATIONAL CONFERENCE ON MANAGEMENT*, 2011, Malaysia. Proceedings [...]. 2011.
- SAMAL, R.; DASH, M. Stakeholder engagement in advancing sustainable ecotourism: an exploratory case study of Chilika Wetland. *Discover Sustainability*, v. 5, n. 1, artigo 50, 2024.
- SARI, C. et al. Features of the local community involvement in the social tourism development: case study – Serik district, Antalya, Turkey. *Visnyk of V. N. Karazin Kharkiv National University – Series Geology Geography Ecology*, n. 59, p. 221–236, 2023.
- SARR, B. et al. Understanding communities' disaffection to participate in tourism in protected areas: a social representational approach. *Sustainability*, v. 12, n. 9, artigo 3677, 2020.
- SHARMA, A.; HASTI, C. Marketing sustainable tourism and its policies through community engagement: an Indian context. *International Review on Public and Nonprofit Marketing*, 2023.
- SPENCER, D. M.; NSIAH, C. The economic consequences of community support for tourism: a case study of a heritage fish hatchery. *Tourism Management*, v. 34, p. 221–230, 2013.
- SU, L. J.; HUANG, S. S.; NEJATI, M. Perceived justice, community support, community identity and residents' quality of life: testing an integrative model. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, v. 41, p. 1–11, 2019.
- SU, M. M. et al. Ancient town tourism and the community supported entrance fee avoidance – Xitang Ancient Town of China. *Journal of Tourism and Cultural Change*, v. 19, n. 5, p. 709–731, 2021.
- SYAMSI, M. N.; LEE, J. H. A longitudinal study of the local community perspective on ecotourism development in Lombok, Indonesia. *Water*, v. 13, n. 17, artigo 2398, 2021.

- STOFFELEN, A. Geoparks: inclusive or exclusive sustainability? *Annals of Tourism Research*, v. 80, p. 102810, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2019.102810>.
- UNESCO. UNESCO Global Geoparks – guidelines and criteria for national and global geoparks. Paris: UNESCO, 2021.
- TEKALIGN, M. et al. Do tourists' preferences match the host community's initiatives? A study of sustainable tourism in one of Africa's oldest conservation areas. *Sustainability*, v. 10, n. 11, artigo 4167, 2018.
- THAN, T. T. et al. Impact of community attachment and resident's support on destination sustainability: evidence from spiritual and community destination in Vietnam. *Journal of Asian Finance Economics and Business*, v. 7, n. 8, p. 361–369, 2020.
- VAN NOORLOOS, F. Residential tourism and multiple mobilities: local citizenship and community fragmentation in Costa Rica. *Sustainability*, v. 5, n. 2, p. 570–589, 2013.
- VERIASA, T. O. et al. The contribution of community-based tourism to household income: evidence from West Kalimantan, Indonesia. *Indonesian Journal of Forestry Research*, v. 10, n. 2, p. 169–184, 2023.
- VILLASANTE, T. R. Participación e integración social. *Boletín CF+S*, n. 3, 1997.
- VIEIRA, I. et al. Sustainable tourism development in times of pandemic: correlational analysis applied to residents of a Portuguese historic town. *Journal of Tourism Sustainability and Well-Being*, v. 11, n. 3, p. 159–174, 2023.
- VOLLERO, A. et al. The influence of community factors on the engagement of residents in place promotion: empirical evidence from an Italian heritage site. *International Journal of Tourism Research*, v. 20, n. 1, p. 88–99, 2018.
- WU, X. et al. How do tourism stakeholders support sustainable tourism development: the case of Iran. *Sustainability*, v. 15, n. 9, artigo 7661, 2023.
- YANES, A. et al. Community-based tourism in developing countries: a framework for policy evaluation. *Sustainability*, v. 11, n. 9, artigo 2506, 2019.
- YANG, X. R. et al. Corporate community involvement and Chinese rural tourist destination sustainability. *Sustainability*, v. 11, n. 6, artigo 1574, 2019.
- YAYLA, O.; KOC, B.; DIMANCHE, F. Residents' support for tourism development: investigating quality-of-life, community commitment, and communication. *European Journal of Tourism Research*, v. 33, 2023.
- ZUO, B.; GURSOY, D.; WALL, G. Residents' support for red tourism in China: the moderating effect of central government. *Annals of Tourism Research*, v. 64, p. 51–63, 2017.